



DIÁRIO OFICIAL ELETRÔNICO

MINISTÉRIO PÚBLICO Ministério Público do Estado do Tocantins

ESTADO DO TOCANTINS

ANO I - EDIÇÃO Nº 132 - DISPONIBILIZAÇÃO/PUBLICAÇÃO: Palmas, Sexta-Feira, 23 de setembro de 2016.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 724/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar no 51, de 2 de janeiro de 2008;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR o Promotor de Justiça ALZEMIRO WILSON PERES FREITAS para atuar na Sessão Plenária do Tribunal do Júri da Comarca de Palmas - TO, no dia 29 de setembro de 2016, Autos nº 0029873-91.2014.827.2729.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 21 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 725/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no art. 17, inciso X, alínea "g", da Lei Complementar Estadual nº 51, combinado com o art. 58, III e arts. 66 a 76 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e considerando o disposto no ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016, publicado na edição nº 12 do Diário Oficial Eletrônico do Ministério Público do Estado do Tocantins, na data de 29 de março de 2016;

RESOLVE:

Art. 1º DESIGNAR os servidores nominados para, sem prejuízo de suas atribuições normais, exercerem os encargos de Fiscal Técnico e Fiscal Administrativo, sendo o primeiro na condição de titular e o segundo na condição de substituto, para o caso de impedimento e afastamento legal do titular, dos contratos elencados a seguir:

Fiscal Técnico e Administrativo	Substituto de Fiscal	Número dos Contratos	Objeto do Contrato
Fernando Antonio Garibaldi Filho Matrícula nº 106810	Henrique Garcia dos Santos Matrícula nº 131216	073/2016	O presente contrato tem por objeto a <u>Aquisição de Obras Bibliográficas</u> a fim de integrarem o acervo da Biblioteca do Ministério Público do Estado do Tocantins, conforme discriminação prevista no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº 019/2016, Processo administrativo nº 2016.0701.00174, parte integrante do presente instrumento.
		075/2016	
		077/2016	

Art. 2º As atribuições de gestão e fiscalização deverão ser desenvolvidas obedecendo aos dispositivos do ATO/PGJ Nº 024/2016, de 28 de março de 2016.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO

TOCANTINS, em Palmas, 21 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 726/2016

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008, em consonância com as diretrizes estabelecidas na Resolução nº 003/2009/CPJ, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º DISPENSAR ANNA CAROLINA DE OLIVEIRA do serviço voluntário no Ministério Público do Estado do Tocantins, prestado na 7ª Promotoria de Justiça de Porto Nacional, a partir de 18/06/2016.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 21 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

ASSUNTO: Compensação de plantão
INTERESSADO: ELIANA CURADO BARBOSA

DESPACHO Nº 424/2016 – Considerando as informações consignadas nos assentamentos funcionais e sistema de arquivos da Diretoria de Expediente, DEFIRO, nos termos do art. 17, inciso V, alínea "h", item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008 e Ato nº 068/2014, o pedido formulado pela Promotora de Justiça ELIANA CURADO BARBOSA, para conceder-lhe 02 (dois) dias de folga, a serem usufruídos nos dias 22, 23 e 26 de setembro de 2016, em compensação aos dias 03/05/2015; 22/04/2016; 20 e 21/08/2016, 07 e 08/09/2019, os quais permaneceu de plantão nos termos do Ato nº 68/2014.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 21 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.000412
ASSUNTO: Doação de bens móveis.
INTERESSADO: SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO TOCANTINS

DESPACHO Nº 425/2016 – Considerando a manifestação favorável consignada no Parecer Administrativo nº 199/2016, de 20 de setembro de 2016, constante dos autos nº 2016.0701.000412, às fls. 26/30, emitido pela Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral desta Instituição, e nos termos do art. 17, inciso II, alínea "a", da Lei 8.666/93, bem como do Ato PGJ nº 02/2014, art. 31, § 2º c/c art. 32, § 6º, DECLARO a dispensa de licitação para doação de 03 (três) veículos oficiais Ford Ranger XL, camionete/pick-up, ano/mod 2008/2009, cor: branca, Placa MWY-6100, Renavan nº 00122839234, Patrimônio nº 11279; Ford Ranger XLT, camionete/pick-up, ano/mod

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Subprocurador-Geral de Justiça

FRANCISCO RODRIGUES DE SOUZA FILHO
Chefe de Gabinete da PGJ

UILITON DA SILVA BORGES
Diretor-Geral

CORREGEDORIA-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

JOÃO RODRIGUES FILHO
Corregedor-Geral

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHAES
Corregedora-Geral Substituta

OCTAHYDES BALLAN JÚNIOR
Promotor-Corregedor

PEDRO EVANDRO DE VICENTE RUFATO
Promotor-Corregedor

FRANCINE ELAINE L. M. B. BEZERRA
Chefe de Gabinete

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Colégio de Procuradores

ELAINE MARCIANO PIRES
Procuradora de Justiça
Secretária do Colégio de Procuradores

LEILA DA COSTA VILELA MAGALHÃES
Procuradora de Justiça

JOSÉ OMAR DE ALMEIDA JÚNIOR
Procurador de Justiça

ALCIR RAINERI FILHO
Procurador de Justiça

VERA NILVA ÁLVARES ROCHA LIRA
Procuradora de Justiça

JOÃO RODRIGUES FILHO
Procurador de Justiça

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Procurador de Justiça

RICARDO VICENTE DA SILVA
Procurador de Justiça

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Procurador de Justiça

JOSÉ MARIA DA SILVA JÚNIOR
Procurador de Justiça

JACQUELINE BORGES SILVA TOMAZ
Procuradora de Justiça

CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Presidente do Conselho

JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU
Membro - Secretário do Conselho

JOÃO RODRIGUES FILHO
Membro - Corregedor-Geral do MPE

ALCIR RAINERI FILHO
Membro

MARCO ANTÔNIO ALVES BEZERRA
Membro

202 NORTE, AV. LO 4, CONJ. 1, Lotes 5 e 6
Plano Diretor Norte - CEP 77.006-218 / Palmas-TO
Telefone: (63) 3216-7600

2007/2008, cor: preta, Placa MXG-8010, Renavan nº 00949679780, Patrimônio nº 9697 e Volkswagen Parati, 1.8 trackfield, ano/mod 2006/2006, cor preta, Placa MWD-6184, Renavan nº 00888979053, Patrimônio nº 8979, todos considerados inservíveis em virtude da sua antieconomicidade, conforme Relatório Situacional da Frota de Veículos desta Instituição, às fls. 07/10, por conseguinte, AUTORIZO a doação dos bens supracitados à Secretaria da Saúde do Estado do Tocantins, para aproveitamento dos mesmos.

Encaminhem-se os presentes autos à Diretoria-Geral para as devidas providências.

PUBLIQUE-SE. CUMpra-SE.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas, 21 de setembro de 2016

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

PROCESSO Nº: 2016.0701.00312

ASSUNTO: Telefonia móvel e serviço telefônico fixo comutado.

INTERESSADA: Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins.

DESPACHO Nº 426/2016 – Na forma do artigo 17, inciso IX, alínea “c”, item 1, da Lei Complementar nº 51, de 02 de janeiro de 2008; devidamente cumpridos os requisitos previstos no art. 38, da Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 10.520/02, bem como no Ato PGJ nº 021/2016 e, considerando as manifestações favoráveis constantes no Parecer Administrativo nº 147/2016, às fls. 154/159, exarado pela Assessoria Especial Jurídica, e nos Pareceres Técnicos nº 078/2016 e 080/2016, às fls. 160/162 e 169, respectivamente, emitidos pela Controladoria Interna, ambas desta Instituição, AUTORIZO a abertura de procedimento licitatório para contratação de empresa especializada na prestação de serviço de telefonia móvel e serviço telefônico fixo comutado na modalidade longa distância nacional originadas em SMP (VC2 e VC3), admitindo-se a participação de operadoras de telefonia de serviço móvel pessoal – SMP e serviço telefônico fixo comutado de longa distância originadas de aparelhos móveis, através de sistema digital pós-pago, compreendendo um total de até 100 (cem) linhas telefônicas, além da cessão, em regime de comodato, de aparelhos telefônicos móveis e modems, assim como a transmissão de dados para acesso à internet, incluindo todo o suporte técnico eventualmente necessário para estes serviços, destinados ao atendimento das necessidades operacionais de comunicação da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL do tipo MENOR PREÇO POR ITEM.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS, em Palmas-TO, 21 de setembro de 2016.

CLENAN RENAUT DE MELO PEREIRA
Procurador-Geral de Justiça

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

AVISO DE PREGÃO

A Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins torna público que fará realizar na Sala de Licitações no 2º Piso, do Prédio Sede do Ministério Público, sito à Quadra 202 Norte, Conj. 01, Lotes 5/6, Av. LO 4, Palmas/TO, no dia 07/10/2016, às 09h30min (nove horas e trinta minutos), a abertura do Pregão Presencial nº 036/16, processo nº 2016/0701/00312, objetivando a Contratação de empresa especializada na prestação de serviço de telefonia móvel e serviço telefônico fixo comutado na modalidade longa distância nacional originadas em SMP (VC2 e VC3), admitindo-se a participação de operadoras de telefonia de serviço móvel pessoal – SPM e serviço telefônico fixo comutado de longa distância originados de aparelhos móveis, através de sistema digital pós-pago, compreendendo um total de até 100 (cem) linhas telefônicas, além da cessão, em regime de comodato, de aparelhos telefônicos móveis e modems, assim como a transmissão de dados para acesso à internet, incluindo todo o suporte

técnico eventualmente necessário para estes serviços, destinados ao atendimento das necessidades da Procuradoria-Geral de Justiça do Estado do Tocantins. O edital está disponível no sítio: www.mpto.mp.br.

Palmas-TO, 22 de setembro de 2016.

Ricardo Azevedo Rocha
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE ARAGUAÍNA

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA IC Nº.: 010/2016.

INVESTIGANTE: Dr. PAULO ALEXANDRE RODRIGUES DE SIQUEIRA – 3ª Promotora de Justiça de Araguaína-TO.

FUNDAMENTOS: Constituição Federal (artigos 129, II, III, VII e VIII), na Lei Orgânica do Ministério Público nº 8.625/93 (artigos 25, VI e 26, I, c), na Lei Complementar Estadual n. 51/2008 (art. 60, incisos I, VI, alíneas a e b, VII, XII, alínea b).

FATO(S) EM APURAÇÃO: Apurar supostas dificuldades no registro de boletins de ocorrência no Complexo de Delegacias e na Central de Flagrantes de Araguaína.

INTERESSADOS: ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Araguaína-TO, 20 de setembro de 2016.

22ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DA CAPITAL

EDITAL

O Promotor de Justiça, Dr. Miguel Batista de Siqueira Filho, no uso de suas atribuições na 22ª Promotoria de Justiça da Capital, atendendo ao disposto no art. 21, §§1º, IV, 2º e 3º da Resolução 003/2008 do Conselho Superior do Ministério Público, DÁ CIÊNCIA ao senhor Rodrigo Borges de Carvalho do Arquivamento do Inquérito Civil Público nº 2016/539, instaurado para averiguar eventual ato de improbidade administrativa na contratação da empresa INOVE HIGIENIZAÇÃO ECOLÓGICA LTDA, por meio do contrato nº 05/2011, decorrente do Pregão Presencial nº 041/2010 realizado pelo Tribunal de Contas, concernente a contratação de empresa especializada na prestação de serviço de lavagem de veículos para atender veículos da Corte de Contas, aduzia o representante que a empresa contratada recebeu recursos públicos, sem que houvesse da sua parte a prestação dos serviços de limpeza. Da análise dos autos não restou comprovado que os serviços não foram prestados pela empresa contratada junto ao Tribunal de Contas, restando, portanto, afastado eventual dano ao erário. Informa ainda que, até a sessão do Conselho Superior do Ministério Público, para que seja homologada ou rejeitada a promoção de arquivamento, poderão as pessoas co-legitimadas apresentar razões escritas ou documentos, que serão juntados aos autos.

Palmas, 21 de setembro de 2016.

Miguel Batista de Siqueira Filho
22º Promotor de Justiça da Capital

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DIANÓPOLIS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração

do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 005/2016

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08, Resolução 03/2008 do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins, e da Lei 11.947/2009.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 043/2016

FATO EM APURAÇÃO: fiscalizar o efetivo fornecimento e qualidade da merenda escolar nas escolas da Rede Municipal de Dianópolis – TO, bem como a efetiva existência do CAE (Conselho de Alimentação Escolar).

INVESTIGADO: Secretaria Municipal de Educação de Dianópolis.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Dianópolis, 15 de setembro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 006/2016

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08, Resolução 03/2008 do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins, e da Lei 8.666/93 e Lei 8.429/92.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 126/2016

FATO EM APURAÇÃO: apuração de suposto superfaturamento na contratação da empresa Zorra Produções e Eventos Ltda., bem como suposta irregularidade na inexigibilidade de licitação para contratação da banda 'Kuarto de Empregada', pelo Município de Novo Jardim.

INVESTIGADO: Município de Novo Jardim – TO.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Dianópolis, 15 de setembro de 2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil Público, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente à Promotora de Justiça Substituta oficiante, visando a melhor apuração do fato investigado.

INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO N.º 007/2016

INVESTIGANTE: 2ª Promotoria de Justiça de Dianópolis – TO

FUNDAMENTOS: artigos 129, inciso III, da Constituição Federal, 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93, 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 051/08, Resolução 03/2008 do Conselho Superior do Ministério Público do Tocantins.

ORIGEM: Notícia de Fato nº 123/2016

FATO EM APURAÇÃO: apuração de suposta acumulação indevida de cargos públicos, ocasionando ato de improbidade administrativa pela pessoa de José Raimundo Sirqueira do Nascimento.

INVESTIGADO: José Raimundo Sirqueira do Nascimento.

LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Dianópolis, 21 de setembro de 2016.

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE AUGUSTINÓPOLIS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

INQUÉRITO CIVIL Nº 01/2016
PORTARIA Nº 001/2016
INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Augustinópolis/TO
FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 50 § 4º,
II da Constituição Estadual; 27, IV da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e 60, VI, "d" da Lei Complementar 51/2008 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins);
ORIGEM:
FATO EM APURAÇÃO: Apurar cumprimento do disposto no Estudo de Impacto Ambiental no âmbito do Ecoporto de Praia Norte.
INVESTIGADO: Ecoporto de Praia Norte
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Augustinópolis/TO, 03/08/2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente Inquérito Civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.

INQUÉRITO CIVIL Nº 03/2016
PORTARIA Nº 06/2016
INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Augustinópolis/TO
FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 50 § 4º,
II da Constituição Estadual; 27, IV da Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público) e 60, VI, "d" da Lei Complementar 51/2008 (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Tocantins);
ORIGEM:
FATO EM APURAÇÃO: Apurar possível irregularidade na nomeação de candidatos aprovados do concurso de edital nº 001/2012 do Município de Sampaio, anulado por decisão transitada em julgado.
INVESTIGADO: Prefeito de Sampaio
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Augustinópolis/TO, 26/08/2016.

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente ao

Promotor de Justiça oficiante, visando a melhor apuração dos fatos investigados.
PORTARIA Nº 002/2016
INVESTIGANTE: Promotor de Justiça Augustinópolis/TO
FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso II, III, da Constituição Federal; art. 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigo 1º, inciso III, da Lei nº 7.347/85; artigo 60, VII, da Lei Complementar Estadual nº 51 de 02/01/08.
ORIGEM: Instauração e conclusão da Notícia de Fato nº 162/2014.
FATO EM APURAÇÃO: Apurar responsabilidade em razão da morte do menor ANGELO GABRIEL SANTOS NASCIMENTO.
INVESTIGADO: Secretaria de Estado da Saúde
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Augustinópolis/TO, 03/08/2016.

Paulo Sérgio Ferreira de Almeida
Promotor de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE PALMEIRÓPOLIS

EXTRATO DE PORTARIA DE INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO CIVIL PÚBLICO

O Ministério Público do Estado do Tocantins torna pública a instauração do presente inquérito civil, a fim de que qualquer interessado, durante a sua tramitação, apresente documentos ou subsídios diretamente a Promotora de Justiça oficiante, visando a melhor apuração do(s) fato(s) investigado(s).

PORTARIA Nº 003/2016
INVESTIGANTE: Promotoria de Justiça de Palmeirópolis/TO
FUNDAMENTOS: Artigo 129, inciso III, da Constituição Federal; artigo 25, inciso IV, e artigo 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/93; artigos 6º e 8º, § 1º, da Lei nº 7.347/85; artigo 62 da Lei Complementar Estadual nº 51/08.
ORIGEM: Notícia de fato apresentada por proprietários rurais e Vereadores do Município de Divinópolis do Tocantins/TO.
FATO(S) EM APURAÇÃO: possíveis danos ambientais decorrentes da utilização das águas do manancial Córrego Boa Paz e o processo de licenciamento ambiental para exploração do referido recurso hídrico.
INVESTIGADO(S): CIA de Saneamento do Tocantins – SANEATINS
LOCAL E DATA DA INSTAURAÇÃO: Formoso do Araguaia/TO, 20/07/15 (processo inserido no Projeto Auxiliar de Tutela Coletiva – Ato Conjunto PGJ/CGMP nº 001/2015).

QUEREMOS OUVIR VOCÊ!

OUVIDORIA MPE
Sugira · Denuncie · Questione

(63) 3216-7598
(63) 3216-7575

www.mpto.mp.br
ouvidoria@mpto.mp.br